

FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA DECIDIDO NA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

Lisboa superstar – Que flexisegurança vem aí ?

Depois de dois anos de paralisação e muita negociação de bastidores, coube à Presidência Portuguesa da União Europeia anunciar o fim do impasse com o acordo, entre os chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados-membros, do Tratado Reformador, que ficará na história como Tratado de Lisboa.

Mas não só. Como se José Sócrates tivesse uma estrelinha da sorte a proporcionar-lhe a possibilidade de anunciar acordo atrás de acordo, também os parceiros sociais europeus escolheram a capital portuguesa para se entenderem quanto a um conjunto de recomendações sobre o mercado laboral, que tacitamente abre a porta à flexisegurança.

Embora o Tratado, que será assinado a 13 de Dezembro, ainda tenha de ser rectificado pelos países – nos respectivos Parlamentos ou por referendo às populações (opção a que a maioria dos Estados torce o nariz com receio de ver multiplicados os chumbos da França e da Holanda em 2005), muito está ainda por clarificar quanto às reais implicações que a sua entrada em vigor terá para os cerca de 500 milhões de cidadãos.

O mesmo se poderá dizer quanto ao documento conjunto de sindicatos e patrões. As suas perto de 60 páginas mais não são que princípios gerais, deixando grande margem de manobra à iniciativa nacional.

Parceiros sociais europeus defendem mais empregos com qualidade e mais protecção dos trabalhadores perante um mercado laboral já muito flexível.

Boas intenções ou directrizes para pôr em prática? Esta é a grande questão que se coloca face ao acordo alcançado na reunião tripartida sobre os desafios do mercado laboral europeu.

Na Cimeira Social tripartida de Lisboa, que antecedeu a reunião informal dos líderes europeus sobre o Tratado, patrões e sindicatos chegaram a acordo sobre os desafios para a modernização do mercado de trabalho comunitário. No final, as declarações mostraram quanto estavam exultantes os seus protagonistas. Do lado português apenas a CGTP ficou de fora.

Os mais entusiastas foram os governantes. José Sócrates fez o anúncio, dizendo tratar-se de «uma boa notícia para a Europa». Apelidando-o «acordo histórico», o presidente em exercício da UE considerou-o «um passo extremamente significativo para a aplicação da Estratégia de Lisboa» e um «sinal da vitalidade do diálogo social como parte integrante do modelo social europeu», permitindo «à Presidência Portuguesa da UE apresentar em Dezembro uma proposta sobre modernização do mercado de trabalho e princípios da flexisegurança».

Já o ministro do Trabalho, Vieira da Silva, considerou que o acordo prova que a flexisegurança «não é um 'cavalo de Tróia' que quer destruir o Estado Social», mas admitiu que tem riscos. E quanto à sua aplicação em Portugal sempre foi dizendo que é cedo para falar.

Por sua vez, José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia (CE), felicitou os parceiros sociais europeus e referiu que o acordo em torno da definição de medidas para a modernização do mercado de trabalho «não será seguramente o último». Para Durão Barroso, o acordo alcançado «demonstra que a UE se adapta às exigências de um mundo mais competitivo, mas mantendo o seu modelo social europeu».

Princípios comuns

Mais comedidos estiveram sindicatos e patrões. Entre os portugueses, João Proença, líder da UGT, considerou que o documento «valoriza as dimensões mais importantes das questões sociais», enquanto Francisco Van Zeller, da CIP, admitiu que o acordo é histórico porque «é um ponto de partida» mas, frisou, «não foi atingida qualquer meta», ou seja, «não está definido o que é a flexisegurança», cabendo essa tarefa a cada país.

Declarações consentâneas com as dos representantes dos parceiros sociais europeus: a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), em que UGT e CGTP estão filiadas, e a associação das confederações patronais (EuroBusiness).

O acordo sobre os princípios para a modernização do mercado de trabalho «reforçará a ligação da UE às pessoas e consolidará a dimensão social da Europa», o que «importa agora transformar os princípios da flexisegurança em realidade». As empresas têm que se adaptar aos novos desafios, mas os trabalhadores também têm que estar preparados para enfrentar as mudanças, tendo capacidade para desempenhar novos empregos.

Um desafio a vencer

O desafio com que o mercado de trabalho europeu está confrontado não se limita à criação de mais empregos, mas em criar empregos com mais qualidade e a garantir que as melhorias no plano do emprego e do crescimento andarão a par com uma maior coesão social e um recuo das desigualdades.

As recomendações que os parceiros sociais endereçaram aos diferentes decisores europeus, durante a Cimeira Social tripartida insistiram particularmente na necessidade de se lutar contra o trabalho precário, melhorando a protecção dos trabalhadores vulneráveis e evitando propagar as más práticas e substituindo todos os contratos instáveis.

Do mesmo modo, considera necessário tratar a segmentação do mercado de trabalho melhorando a situação e os direitos dos trabalhadores atípicos, encorajando as relações de trabalho estáveis e respeitando o espírito e a letra do modelo social europeu, bem como cumprindo o acordo-quadro que estipula que os contratos a termo incerto devem ser a regra.

Sendo o mercado de trabalho europeu já capaz de um processo de “destruição criativa” – ao destruir cerca de 4 por cento dos empregos existentes e criando 5 a 8 por cento de novos empregos por ano –, o problema mais urgente é saber o que fazer para oferecer mais segurança aos trabalhadores.

Garantir segurança

Nesse sentido, o Comité Executivo da CES, que se reuniu também em Lisboa, considerou necessário reequilibrar a agenda da CE sobre flexisegurança para torná-la mais favorável ao emprego, recolocando no centro das preocupações a qualidade do emprego e a estabilidade dos vínculos contratuais. Esta posição da CES foi transmitida na Cimeira Social pela presidente da Confederação, Wanja Lundby-Wedin.

A CES reconhece que as empresas e os trabalhadores precisam, à vez, de flexibilidade e de segurança. No entanto, a forma de flexisegurança proposta pela CE é desequilibrada, pois ao considerar como princípio os contratos flexíveis e ao facilitar os despedimentos colectivos mina a estabilidade dos empregos e desequilibra a relação de forças a favor das empresas.

Assim, na sua resolução a CES pede aos decisores europeus que estabeleçam uma agenda política que encoraje a flexisegurança interna e a qualidade dos empregos.

«Os trabalhadores têm necessidade de segurança na mudança. Queremos poder ser positivos nas mudanças estruturais de que precisamos para sermos competitivos com o resto do mundo. Para a CES, a segurança na mudança compreende a segurança do emprego, a formação ao longo da vida, a protecção no desemprego e políticas activas de emprego», especificou Wanja Lundby-Wedin.

Princípios gerais acordados

As recomendações dos parceiros sociais

Os parceiros sociais europeus chegaram a acordo sobre os principais desafios que o mercado de trabalho enfrenta, convergindo nas escolhas estratégicas e nas recomendações aos decisores europeus.

A mensagem essencial dessa opinião conjunta é que a dimensão social do mercado interno deve urgentemente ser reforçada. As lacunas em matéria de direito do trabalho e de protecção do emprego, que permitem aos empregadores transformar a flexibilidade em trabalho precário, devem ser combatidas.

«A Europa social é demasiado importante para ser limitada aos discursos para o grande público. As empresas europeias não têm nenhum interesse objectivo em disporem de uma mão-de-obra com cada vez menos segurança e obrigada a aceitar contratos precários. Devem ser tomadas medidas destinadas a melhorar a protecção do emprego e os acordos contratuais, através da negociação colectiva e do direito do trabalho, a nível nacional e europeu», declarou Joël Decaillon, secretário da CES.

São as seguintes as recomendações essenciais dos parceiros sociais:

- Completar os sistemas de protecção no trabalho com medidas de segurança no emprego, reconhecendo, conseqüentemente, que a segurança do emprego não pode ser negociada e assegurada sem que o emprego beneficie de uma forte protecção;
- Fazer face ao trabalho precário melhorando a protecção do emprego para os trabalhadores vulneráveis, e não fragilizando a segurança de todos os contratos;
- Rever a concepção do direito do trabalho, de forma a promover os contratos de trabalho e as relações de trabalho estáveis e sustentar práticas duráveis em matéria de mercado de trabalho, em vez de reduzir o nível de protecção;
- Confirmar que a letra e o espírito do modelo social europeu existente deve ser respeitado e cumprido o acordo-quadro europeu de 1999 sobre os trabalhadores a termo certo, estipulando que os contratos de duração indeterminada continuem a ser a regra;
- Sublinhar que, além da flexisegurança, o mercado de trabalho está igualmente confrontado com os desafios de melhorar sensivelmente a qualidade dos empregos criados, de criar mais empregos através do crescimento e de políticas favoráveis ao emprego, e de promover e sustentar um diálogo social autónomo com parceiros sociais fortes e representativos;
- Reconhecer que o mercado europeu de trabalho é já muito flexível, capaz de destruir cerca de 4 por cento do emprego existente e de criar entre 5 e 8 por cento de novos empregos por ano.